

Sociologias

ISSN: 1517-4522

revsoc@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasil

Mélo, José Luiz Bica de
A fronteira dos desencontros
Sociologias, núm. 5, enero-junio, 2001, pp. 266-272
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819570012>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.266-272

A fronteira dos desencontros

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997. 213 páginas.

JOSÉ LUIZ BICA DE MÉLO*



esultantes de pesquisas desenvolvidas nos últimos trinta anos, metade dos quais *em diferentes ocasiões e em diferentes pontos da região amazônica* (p. 13) na execução do Projeto *Tensões sociais nas frentes de expansão da Amazônia Legal*, cujo horizonte empírico ocupa os Estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Tocantins, os quatro capítulos que compõem o livro têm como eixo fundamental da análise, numa *dimensão, propriamente sociológica e antropológica* (p. 13), os aspectos essenciais da multiplicidade da fronteira. O elemento unificador dos estudos é o desencontro entre diferentes grupos sociais que juntam (e separam) pedaços de vida entre a esperança e o destino trágico. É assim, que posseiros, garimpeiros, indígenas, missionários, colonos e capitalistas pautam seus destinos pela exploração ou pela solidariedade, pela idéias de futuro ou pela certeza de uma derrota histórica, pela escravidão por dívida que faz com que o assujeitado não chegue à condição de sujeito, pela falta de terra em meio à imensidão da terra (e da floresta) compõndo as máscaras que se esfacelam na tragédia da fronteira, onde José de Souza Martins vai esquadrinhar a face sem retoques de um espaço social marcado pelos

* Sociólogo, Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS e Professor do Centro de Ciências Humanas da UNISINOS.

caminhos e pelos descaminhos.

Baseando-se *em técnicas artesanais de investigação e em técnicas de inserção pedagógica temporária nos grupos e comunidades estudados* (p. 15), realiza pertinentes críticas àqueles estudos que, ao privilegiarem a ideologia do pioneiro, deixam de lado *o essencial, o aspecto trágico da fronteira* (p. 15). Isso porque o discurso dominante, constituído, segundo Martins, pelo *imaginário do poder*, no que se refere às fronteiras dos Estados Nacionais no senso comum e, em grande medida no discurso acadêmico, aborda a formação das fronteiras internas destacando figuras proeminentes ou grupos sociais que, desbravando um território selvagem, despovoado, teriam construído a civilização no espaço conquistado. Esse imaginário que destaca a figura do pioneiro, embasa-se em grande medida nos estudos de Frederick Jackson Turner (*The Frontier in American History*, New York: Henry Holt and Company, 1921.) que, ao investigar a marcha para o Oeste na ocupação e demarcação da fronteira interna norte-americana, omite, conforme demonstra Martins, a luta pela terra em decorrência da invasão de territórios indígenas, a violência ocasionada pela conquista e os desencontros entre nativos e "civilizados". A análise centra-se nas noções de *frente pioneira* e *frente de expansão*, desenvolvidas amplamente no quarto capítulo, cuja aproximação e confronto constituem o fio condutor dos quatro textos, demonstrando-se que este procedimento analítico é necessário para a compreensão da fronteira.

A *frente pioneira* (p. 186) se define economicamente pela presença do capital na produção (p. 186), e a *frente de expansão*, como uma concepção que percebe a ocupação do espaço sem a mediação do capital, tomando como referência primeira o indígena e significando a situação de contato. Situação essa que fora analisada por antropólogos como Roberto Cardoso de Oliveira - como indica Martins - que, em estudos dos anos sessenta haviam apontado que as relações entre os protagonistas (índios e brancos) expressavam um contato conflitual (p. 155). Ambas representam *momentos históricos distintos e combinados de diferentes modalidades da expansão territorial do capital [...] expressões de um mesmo processo* (p. 159, nota 20).

Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano. Nesse sentido, diversamente do que ocorre com a frente pioneira, (na frente de expansão) sua dimensão econômica é secundária (p. 163).

Ao estudar a frente de expansão brasileira, Martins busca no desvendamento *dos segredos mais profundos da situação de fronteira* (p. 16), reconstruídos analiticamente mediante a inserção social, os nexos da conflitualidade na fronteira, lugar que, *na ausência expressa e direta das instituições do Estado* (p. 40), pauta grande parte das relações pela dominação personalizada, mediante *a ação de forças repressivas do privado* (p. 40).

A captura do outro; o rapto de mulheres e crianças nas fronteiras étnicas do Brasil, constitui o primeiro capítulo do livro e analisa, a partir de extensa documentação histórica e socioantropológica, um dos indicadores dos desencontros das frentes de expansão que é o do rapto de pessoas, principalmente de mulheres e crianças pelos grupos tribais entre si, pelos indígenas em relação aos regionais, ou seja, aos brancos e pelos brancos na captura dos índios. O rapto é expressão do desencontro entre o eu e o outro, representando fronteira étnica e destino como demonstração de que o eu (o raptor) e o outro (o raptado) desconhecem - como indica Martins - *o recíproco reconhecimento da humanidade do eu e do outro* (p. 73), como face visível da *concepção de pessoa na situação de fronteira e da própria concepção de fronteira de diferentes populações indígenas* (p. 73) e, poderíamos acrescentar, também de "civilizadas". Quando na recusa do outro, efetiva-se a recusa trágica da alteridade.

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.266-272

Embora Martins declare que o estudo sobre o rapto - e este não pode ser visto somente como delito, mas antes como elemento de mediação numa forma particular de definição da situação social da fronteira - tem por finalidade enriquecer a compreensão da problemática enquanto fronteira étnica, sem dúvida o estudo apresenta importantes contribuições para as análises da atuação do Estado e, portanto elementos fundamentais para estudos das fronteiras jurídico-políticas e das relações (ou ausência de relações sólidas) entre as esferas públicas e privadas nas fronteiras internas da sociedade brasileira.

No segundo capítulo intitulado *A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão*, o olhar sociológico de Martins detém-se sobre a frente pioneira – que é, como afirma o autor, um dos momentos de um mesmo processo ou seja, a frente pioneira como momento do processo do capital (p. 94). A análise centra-se na escravidão por dívida ou peonagem, expressões do cativeiro no Capitalismo da fronteira do Brasil, demonstrando-se que essa forma de exploração constitui um dos elementos da acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada do capital, a presença contemporânea de relações sociais do passado reatualizadas enquanto produtos do capital. Os números apresentados pelo autor são impressionantes: No período de 1970 a 1993 houve denúncias de ocorrência de trabalho escravo em 431 fazendas; destas, 308 na Amazônia e as demais, em outras regiões do país. *Especificamente nas fazendas, foi estimado que, somadas as denúncias de diferentes épocas, houve pouco mais de 85 mil trabalhadores escravizados* (p. 89), número esse, segundo o próprio autor, que é muito inferior ao real, visto que se baseia somente nos casos daquelas fazendas denunciadas. Tais dados, aliados aos inúmeros casos de torturas de peões e assassinatos em tentativas de fugas, são significativos na demonstração da *escravidão de hoje como componente do próprio processo do capital* (p. 91), em que este último tira vantagens comparativas do atraso social e econômico (p. 112).

O terceiro capítulo denominado *Regimar e seus amigos: a criança na*

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.266-272

luta pela terra e pela vida inicia com importante análise crítica à sociologia convencional que, ao trabalhar com informantes privilegiados, condene um grande contingente social ao silêncio: *as mulheres, as crianças, os velhos, os agregados da casa, os dependentes, os que vivem de favor. Ou os mudos da História, os que não deixam textos escritos* (p. 118). Rompendo essa perspectiva, Martins coleta duas centenas de depoimentos de crianças e adolescentes em um núcleo de colonização particular (Colonia de Canarana no Mato Grosso) e em dois povoados (São Pedro da Água Branca e Floresta, no Maranhão). No primeiro caso, tem-se colonos proprietários; no segundo caso - o dos povoados - os pequenos agricultores vivem situação de instabilidade permanente, pois a condição de posseiros faz com que estejam sujeitos ao despejo por parte de pistoleiros a mando de fazendeiros. Martins escreve:

Neste texto falo da fala das crianças, que por meio dela me falam (e nos falam) do que é ser criança (e adulto) nas remotas regiões das fronteiras de ocupação do território, em distantes pontos da Amazônia (p. 120).

O tempo da fronteira; retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira forma o quarto capítulo e parte conclusiva do livro, no qual Martins argumenta que, na contemporaneidade brasileira, o que há de sociologicamente mais relevante para definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social (p. 150).

De acordo com o autor:

...a situação de fronteira (é) um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais.

Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.266-272

Em grande parte porque mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas... (p. 182).

Isso faz com que o milenarismo camponês e as concepções messiânicas indígenas, apresentem-se como busca de construção de uma outra alteridade que o olhar de estranhamento do sociólogo busca desvendar, em meio a um tempo que passa a ser o tempo do capital e das 'modernas' formas de escravidão.

Por fim, queremos mencionar que a Introdução do livro e a parte inicial de cada texto apresentam reflexões metodológicas que constituem importantes lições para aqueles que, como nós, ocupam-se do permanente aprendizado de pesquisador: as implicações teóricas, os compromissos, as dificuldades, o perigo das posições ambíguas, o trabalho solitário, as situações de solidariedade ou de violência nas quais o pesquisador é envolvido, enfim, as perguntas que o pesquisador faz (e se faz). Queremos sugerir também que as notas de leitura aqui apresentadas tiveram a finalidade de propor aos sociólogos do amanhã (e de hoje também) um estudo mais demorado desta e de outras obras de José de Souza Martins nas quais estão presentes, de forma relacional, profundo compromisso ético e contundente denúncia daquilo que não pode ser tolerado, seja na esfera da ciência, seja na esfera das relações político-sociais.

Resenha elaborada na primeira quinzena de março de 1999.

Resumo

A resenha propõe-se a um convite à leitura do livro destacando os elementos essenciais de cada capítulo, quais sejam, as relações entre *fronteira pioneira* e *fronteira de expansão*, o renascimento da escravidão, a fala (e o silêncio) das crianças nas frentes de ocupação e a situação de conflito social como elementos importantes no delineamento das análises contemporâneas sobre o Brasil. Apresenta, ainda, a preocupação metodológica e o compromisso político de denúncia das injustiças como traços fundamentais de José de Souza Martins.

Palavras-chave: fronteira, sociologia da conflitualidade, alteridade